



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

LONDRES, INGLATERRA, 10 DE FEVEREIRO DE 1997

Por que a América Latina? Por que o Brasil?

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Primeiro Ministro John Major – e, por seu intermédio, ao Governo britânico – pelo convite para participar desta conferência tão importante para as relações entre a América Latina e o Reino Unido.

Voltar à Inglaterra é sempre para mim um prazer especial. Traz boas lembranças dos tempos que passei aqui – nos anos setenta – como Titular da Cátedra Simón Bolívar na Universidade de Cambridge e *Fellow* no Clare College. De lá para cá, este país mudou muito, e é interessante poder sentir de perto as transformações.

Sei que as comparações históricas envolvem o risco da simplificação, mas na América Latina o sentimento que prevalece hoje é o de que estamos vivendo experiência semelhante – um momento de transformações profundas, silenciosa e pacificamente revolucionárias.

São mudanças fortes, evidentes e, espero, irreversíveis:

- onde imperavam a turbulência e o autoritarismo, prevalecem a democracia e a estabilidade;

- entre países antes separados pelas desconfianças e temores decorrentes dos regimes fechados estabeleceu-se o clima político para a integração, que deixou de ser retórica e tornou-se realidade;
- em economias até há pouco sujeitas a forte direção e presença estatais, generalizam-se experiências bem sucedidas de privatização e reforma do setor público;
- numa região outrora fechada para o comércio mundial, colhem-se agora os frutos da abertura e da concorrência saudável;
- onde nos anos oitenta o mundo enxergava crise da dívida e estagnação, vê agora um destino preferencial para os investidores internacionais;
- em economias nas quais a inflação distorcia qualquer projeto de desenvolvimento e de planejamento das empresas, a estabilidade dos preços começa a assegurar uma repartição mais justa da riqueza e permite a incorporação crescente de camadas da população ao mercado consumidor.

Alguns números ilustram o alcance dessas transformações:

- a inflação média na região caiu de 337% em 1994 para 19% no ano passado;
- o influxo de capital externo, que era de 26 bilhões de dólares em 1995, passou para 49 bilhões em 1996;
- o volume de investimento direto chegou, também em 1996, a 30 bilhões de dólares.

Se estivesse sentado agora na platéia, se fosse um empresário britânico, me perguntaria: o que significa para meus negócios esse conjunto de tendências? O que posso esperar para o futuro? Afinal, o investimento não é uma decisão que dependa exclusivamente de variáveis econômicas.

A grande conquista da América Latina foi saber enfrentar dificuldades e períodos de crise, tanto econômicas como políticas, sem perder o rumo, sem que as instituições sofressem abalo. Nossas democracias foram postas à prova e firmaram-se como garantia de mudança com continuidade, desenvolvimento com estabilidade.

O Brasil, além disso, tem as credenciais de sua própria dimensão e da sua própria tradição econômica. Faz parte de um pequeno grupo de nações territorial e demograficamente continentais, e na base da formação social brasileira sempre estiveram os valores da liberdade individual e da iniciativa privada.

Nem o modelo de industrialização adotado a partir de meados deste século, com limites às importações e aos investimentos estrangeiros em certos setores, impediu que a grande maioria das empresas internacionais mais importantes participassem do nosso desenvolvimento. Trezentas e oitenta das quinhentas maiores empresas mundiais estão instaladas no Brasil.

O Brasil é um precursor, não um *late-comer* da globalização.

Gostaria de traduzir de forma concreta as conquistas de meu país.

1 . O Brasil realizou e amadureceu transformações profundas.

Entre 1993 e 1998, a economia brasileira deverá registrar crescimento da ordem de 30%; ou seja, a nona economia do mundo vai aumentar em um terço no prazo de cinco anos. O PIB brasileiro, por volta do ano 2000, deverá superar 1 trilhão de dólares.

O Plano Real fez cair a inflação de quase 1.000%, em 1994, para 23% em 1995 e 10% em 1996.

A média das tarifas de importação foi reduzida de 32%, em 1990, para cerca de 12% hoje.

As importações cresceram mais de 100% desde o início da década.

O comércio exterior passou de 12% do PIB em 1990 para 15% em 1995.

O investimento direto estrangeiro mais do que dobrou em um ano, de 2,9 bilhões de dólares em 1995 para 9,4 bilhões em 1996.

As reservas internacionais estão hoje entre as maiores do mundo, com 60 bilhões de dólares; isso representa mais de um ano de importações, e nenhum outro país alcança essa proporção.

Com o controle da inflação, 13 milhões de brasileiros que tinham sua renda corroída diariamente ultrapassaram a linha da pobreza nos três últimos anos e tornaram-se consumidores de alimentos de melhor qualidade, de bens eletrodomésticos e até de automóveis. Não é

por acaso que as grandes empresas transnacionais do setor automobilístico disputam uma verdadeira corrida na construção de novas fábricas no Brasil, com investimentos da ordem de 10 bilhões de dólares até o final da década.

Reformas constitucionais aprovadas pelo Congresso Nacional em 1995 abriram à participação do capital privado, nacional e estrangeiro, os setores de telecomunicações, energia, gás, transporte, petróleo e mineração.

O programa de privatização, depois de alcançar a totalidade dos setores de aço e petroquímica, está sendo acelerado e avança agora para a área da infra-estrutura de serviços públicos: 97% da malha ferroviária já opera em regime de concessão ao setor privado. O setor elétrico, a telefonia celular e a transmissão de dados por satélite, as rodovias e os portos, entre outros, também estão passando à gestão da iniciativa empresarial, que assume compromissos de investimento e eficiência.

A modernização de nossa infra-estrutura, com o concurso da livre iniciativa, é parte essencial do esforço que estamos fazendo para reduzir o que chamamos de custo Brasil, que é o impacto no custo da produção que deriva da baixa competitividade em áreas como a dos transportes e dos portos.

Faz parte, também, de um programa de redimensionamento e reforma do Estado, que envolve programas já em curso de modernização administrativa, previdenciária e tributária. Como ocorre na maioria dos países, inclusive nos mais adiantados, o Brasil enfrenta o complexo desafio do equilíbrio fiscal. Estou certo de que, com o apoio do Congresso Nacional, poderemos apresentar progresso significativo nesse campo já a partir deste ano.

Quero registrar, por fim, o aumento acelerado da produtividade da nossa indústria. Como sabem, há um grande debate técnico sobre como medir tal mudança; de qualquer forma, de 1990 para cá, com a abertura à competição externa e a modernização dos equipamentos e métodos de organização, há índices que apontam crescimento de 50% na produtividade do trabalhador brasileiro.

2. Por que o Brasil mudou?

A força motora das transformações é a democracia.

Depois de duas décadas de autoritarismo, a sociedade brasileira aprendeu a reivindicar, aprendeu a organizar-se para encaminhar suas aspirações. O Brasil tem hoje um quadro político vivo e dinâmico, com sistema pluripartidário complexo, milhares de movimentos sociais e organizações não-governamentais e uma imprensa forte, vigilante e ciosa de sua independência.

As mudanças são sólidas, porque nascem de processos decisórios abertos e transparentes. É o caso das emendas constitucionais já aprovadas com o objetivo de consolidar a abertura da economia e também das propostas de mudança de dispositivos da Constituição e das leis ordinárias que estão sendo apreciadas pelo Congresso Nacional como parte das reformas política, administrativa, fiscal e da previdência social. São procedimentos que requerem certo tempo, tanto pela necessidade de cumprir prazos e ritos legais, quanto pela seriedade do debate e seu impacto sobre o País como um todo.

Costumo dizer que o Brasil não é mais um país subdesenvolvido, mas continua a ser um país injusto. Temos, infelizmente, enormes disparidades de riqueza e qualidade de vida, e a diminuição desse fosso que divide os brasileiros é o objetivo número um da Nação e do Governo.

Como afirmei há pouco, o controle da inflação já produziu, de 1994 para cá, um impressionante efeito de distribuição de renda, mas o problema só será resolvido com a continuação das reformas e com o trabalho que já estamos realizando, sobretudo por meio da racionalização da atuação do setor público em áreas como educação e saúde.

3. A que levam as mudanças?

No plano internacional, a consolidação da democracia e o êxito econômico reforçam a vocação do Brasil para a convivência harmoniosa. Não temos qualquer problema com nossos vizinhos.

O peso relativo do País na região dá-nos a medida das responsabilidades que nos cabem na tarefa de transformar a América do Sul, cada vez mais, em uma região exemplar, como área de paz, cooperação, inte-

gração e progresso socioeconômico, aberta ao intercâmbio com o resto do mundo.

A organização de um novo espaço sul-americano é uma das prioridades da política externa brasileira, o que entendemos como etapa essencial para a liberalização econômica em escala hemisférica.

Nossa visão é clara:

- como ocorre na Europa e em outros continentes, a construção de um modelo aberto de integração regional é plenamente compatível com o interesse do Brasil em reforçar o sistema multilateral de comércio e a OMC;
- a consolidação do Mercosul tem impulsionado o comércio e os investimentos entre os quatro países membros: de 1990 a 1995, tal comércio dobrou, passando de 7,4 bilhões para 14,3 bilhões de dólares; o intercâmbio Brasil-Argentina alcança os 10 bilhões de dólares anuais;
- por si sós, os quatro países membros possuem hoje, juntos, um mercado de 200 milhões de consumidores e um PIB de 1 trilhão de dólares;
- os acordos de livre comércio firmados pelo Mercosul com o Chile e a Bolívia abrem novas oportunidades de comércio e investimento no continente;
- ao contrário do que se chegou a afirmar erradamente, o aumento do intercâmbio entre os países membros foi acompanhado de expansão nas trocas com as demais regiões do globo, com crescimento de 106% nas importações e 29% nas exportações; a Europa foi a maior beneficiada, já que nossas importações desse continente, de 1990 a 1995, cresceram nada menos que 126%, enquanto nossas exportações apenas 19%.

Para os empresários aqui presentes, esses dados indicam que a demanda no Mercosul está crescendo mais depressa do que nas economias mais maduras, e esse fato sugere oportunidades de comércio e, sobretudo, de investimento; nos dias de hoje, o pleno aproveitamento desses diferenciais no ritmo de expansão é crucial para o sucesso de empresas que pretendem ter presença global.

A esta realidade deve somar-se a perspectiva segura de que o Mercosul é a plataforma a partir da qual já estamos trabalhando para a construção da zona de livre comércio que abrangerá o conjunto das Américas. Trata-se de processo necessariamente gradual, que deverá passar pela conformação de um espaço integrado na América do Sul, a caminho da articulação hemisférica, sem exclusão de qualquer outra região. Em maio próximo, na cidade brasileira de Belo Horizonte, realizaremos a terceira reunião ministerial sobre comércio nas Américas; será ocasião para examinarmos o que já foi feito e debatermos os passos seguintes.

Chamo a atenção dos presentes para as oportunidades extraordinárias de negócios que a integração está gerando em termos da infraestrutura necessária para fazer a interligação física entre os países da América do Sul. Um bom exemplo é o gasoduto de 3.500 quilômetros ligando Brasil e Bolívia, que começará a ser construído brevemente e que representa um investimento da ordem de 4 bilhões de dólares.

Há necessidade de diversas outras grandes obras: rodovias, pontes, ferrovias, portos, linhas de transmissão de eletricidade, portos, hidrovias. São projetos indispensáveis ao avanço da integração, e, por isto mesmo, é seguro que serão implementados. A competição entre empresas e países interessados em participar já começou.

Aliás, como demonstra a própria realização desta Conferência, a comunidade internacional começa a se dar conta da crescente importância de nossa região.

No ano 2.010, o mercado da América Latina será, para os Estados Unidos, maior do que os da Europa e do Japão juntos.

Talvez por isso, ao definir os dez países que considera estratégicos, o atual Governo norte-americano incluiu Brasil, Argentina e México.

E o mercado financeiro parece concordar com essa visão. Dos fundos de investimento em carteira dirigidos para os mercados emergentes globais, o Brasil é o destino número um, com cerca de 11% do total; dos especializados em América Latina, recebemos aproximadamente 40%.

Para terminar este ponto, algumas possíveis explicações adicionais para o interesse crescente pela região e pelo Brasil. Além do dinamismo, e das imensas oportunidades econômicas, penso que devem pesar a

proximidade cultural, o fato de que sempre fomos uma economia de livre mercado, com boa tradição empresarial na indústria e nas finanças, e, ainda, a estabilidade política e o reconhecimento de que já completamos a obra de consolidação da democracia, uma obra difícil, que, na Ásia, África e Leste Europeu, em muitos casos, ainda está por fazer.

4. O fortalecimento dos vínculos econômicos do Brasil com o Reino Unido.

Sendo a diversificação do comércio um dos traços básicos da nossa ligação com a economia internacional (exportações e importações equilibradas entre Europa, América do Norte, América Latina e Ásia), a União Européia representa para o Brasil, e para o Mercosul, um dado fundamental diante da perspectiva de integração regional e hemisférica nas Américas.

O Acordo-Quadro Mercosul-União Européia, as duas maiores uniões aduaneiras em todo o mundo, é um instrumento de grande valor na promoção e diversificação do intercâmbio entre as duas regiões, para sua futura liberalização e para o estabelecimento de uma associação inter-regional.

Cabe ressaltar, porém, que as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros continuam a enfrentar condições de difícil acesso ao mercado europeu. Muitos deles competem com similares produzidos internamente na União Européia, ao amparo de elevados subsídios que criam condições artificiais de concorrência e eliminam as vantagens comparativas dos nossos produtos.

Por vezes, essas restrições adquirem formas sofisticadas. Podem manifestar-se no processo de estabelecimento de padrões e normas técnicas; na negociação de acordos de equivalência; na revisão dos critérios de definição da origem de um produto; ou, ainda, na tentativa de inserir no sistema multilateral de comércio cláusulas de cunho pretensamente social ou ambiental, que condicionam esse sistema e a própria liberalização pretendida no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

É importante que se implementem os compromissos assumidos pela União Européia e seus membros nos acordos da Rodada Uruguai e se aprofundem algumas das tendências ali inauguradas, que parecem

apontar em direção contrária à da política agrícola comum. O Governo britânico tem sido, aliás, um crítico insistente da PAC.

Faço estas observações com a franqueza inerente à intimidade que resulta das grandes parcerias.

Trata-se apenas da verificação de que o fortalecimento dos laços comerciais do Brasil com a União Européia pressupõe a melhoria das condições de acesso a nossos produtos agrícolas e agroindustriais. É preciso evitar que o Brasil e os demais integrantes do Mercosul sejam eventualmente condenados, em suas relações com a Europa, a uma situação de desequilíbrio não apenas no comércio de bens, como também no dos chamados “invisíveis”. Seria um poderoso desestímulo para países que realizaram processos verdadeiramente revolucionários de exposição de suas economias à concorrência externa.

No contexto europeu, a intensificação do relacionamento com o Reino Unido é para nós, cada vez mais, uma opção estratégica.

Os Governos do Brasil e do Reino Unido têm demonstrado o seu interesse em sensibilizar as respectivas comunidades empresariais para o extraordinário potencial do nosso relacionamento.

Ministros brasileiros têm estado em Londres para dialogar com seus interlocutores britânicos e também com os meios empresariais, financeiros e acadêmicos. De nossa parte, é com especial satisfação que vimos recebendo sucessivas visitas de ministros e outras autoridades do Reino Unido, quase sempre acompanhadas de expressivas missões do setor privado.

Esta conferência é um marco importante desse esforço. Fiz questão de estar hoje aqui para reafirmar, uma vez mais, que o empenho é recíproco, que a prioridade é mútua.

Temos diante de nós o desafio de transformar uma relação tradicional e histórica em uma parceria dinâmica e promissora, uma parceria à altura do fato de que somos duas das dez maiores economias do mundo.

O comércio Brasil-Reino Unido ainda está aquém de suas possibilidades, embora venha aumentando significativamente nos últimos anos, principalmente em virtude da rápida expansão das exportações britânicas.

O total do intercâmbio bilateral ultrapassou, em 1996, a marca dos 2,5 bilhões de dólares – o que representou cerca de 34% do comércio total do Reino Unido com a América Latina –, mas as fatias de mercado relativamente modestas que o mesmo representa, nos dois sentidos, indicam bom potencial de crescimento.

Sei que freqüentemente se aponta aqui a desproporção entre o significado relativo do nosso comércio e o peso das empresas britânicas no Brasil, que ocupam hoje o terceiro lugar como origem de investimentos diretos em nosso país, atrás somente dos Estados Unidos e da Alemanha.

As oportunidades de investimento no Brasil continuarão a multiplicar-se, e a excelência das empresas britânicas em diversas áreas de nosso interesse, como a da privatização e da cooperação tecnológica, por exemplo, levará com certeza a que se amplie ainda mais a sua presença entre nós.

Em sentido inverso, empresas brasileiras dos setores financeiro, industrial e comercial começam a instalar-se aqui em maior número e a fazer deste país, especialmente da cidade de Londres, sua base de trabalho na Europa.

5. Retomando os pontos principais.

Para concluir, retomo os pontos principais da mensagem que lhes quero deixar:

- a América Latina promoveu uma verdadeira revolução silenciosa e firmou-se como um espaço de nações democráticas, estabilidade política e econômica, crescimento, privatização, abertura comercial e integração regional, apresentando imensas oportunidades de negócios e de investimento – a região é hoje um dos destinos preferenciais de investidores internacionais;
- as mudanças no Brasil vieram para ficar, porque são resultado de um consenso democrático e porque a vida dos brasileiros, sobretudo dos mais pobres, mudou para melhor; quantos governos contam, como nós, com 80% de aprovação popular a um programa de estabilização que exige austeridade monetária e fiscal?

- a estabilidade política e econômica que serve de base ao crescimento no Brasil e na América do Sul é uma garantia para os investidores estrangeiros, garantia de alta lucratividade com baixo risco;
- o Brasil e seus parceiros do Mercosul estão empenhados na integração regional; na organização de um novo espaço sul-americano, aberto e cada vez mais articulado com o conjunto da economia internacional; também esse objetivo é apoiado consensualmente pelos brasileiros; aliás, Senhor Primeiro Ministro, devo dizer-lhe que, felizmente, poucos são os ‘mercocéticos’ entre nós;
- o processo de integração regional nas Américas de nenhuma forma implica diminuição da prioridade que atribuímos à manutenção de relações com todas as áreas do mundo; como um *global trader*, temos interesse em manter abertas todas as nossas opções econômico-comerciais externas;
- nesse sentido, a parceria com a União Européia é muito importante para nós, e o relacionamento com o Reino Unido é uma opção estratégica que queremos fortalecer.

Senhor Primeiro Ministro, agradeço-lhe uma vez mais o convite e felicito o Governo que chefia pela realização desta Conferência.

No início de dezembro, retornarei a Londres para a visita de Estado que farei atendendo a honroso convite de Sua Majestade. Será para mim uma ocasião para celebrar, em nome dos brasileiros, a longa amizade que nos une ao povo britânico.